



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2019
Travessa Antônio Baena, 1113, Marco.
e-mail: djair.alves@sudam.gov.br
Fone: (91) 4008-5701
REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO VI

MINUTA - 1

CLÁUSULAS ESSENCIAIS Nº XX/2019

PROCESSO N.º CUP 59004/00025/2019-34

CONTRATADA:

EMPENHO N.º 2019NEXXXXXXXXXXX

1. **1.Objeto:** Prestação de serviço de planejamento, organização e fornecimento de infraestrutura necessária à realização de eventos, compreendendo assim: recursos humanos, decoração, alimentação, captação de imagens, execução, acompanhamento do evento, apoio logístico, bem como, demais serviços auxiliares, conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019 e seus anexos, parte integrante e inseparável dessas Cláusulas Essenciais, nas seguintes especificações e quantidades:

ITEM	QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$

2. **Prazo de Vigência:** Será de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua assinatura.

3. Execução e Prestação dos Serviços

3.1. Os serviços objeto deste contrato serão solicitados e executados na forma prevista nos itens 4 e 6 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 05/2019 parte integrante deste ajuste como se aqui estivesse transcrito.

4. **Forma de Pagamento:** A SUDAM efetuará o pagamento conforme dispõe o item 14 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui transcrito estivesse.

5. **Valor Global do Contrato:** O valor global do contrato será de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX) fixo e irrevogável, tendo sido para tal fim emitida a Nota de Empenho nº 2019NE800XX, de XXX/2019.

6. **Dotação Orçamentária:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, a cargo da SUDAM, no exercício de 2019, na seguinte dotação orçamentária: Fonte: XXX, Elemento de Despesa:

33.90.XX, Programa de Trabalho: 532XXXXXXXXXXXXX – Administração da Unidade 0001 –Administração da Unidade – Nacional.

7. **Sanções:** Em caso de inadimplência quanto às obrigações estabelecidas pela Lei N.º 8.666/93 e suas alterações, segundo prescreve o seu Art. 77, serão aplicadas à empresa contratada as sanções previstas no art. 87 e Incisos do citado diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, observado o disposto no item 35 do Edital Pregão Eletrônico nº 05/2019 e seus anexos.

8. **Rescisão:** Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos previstos no Art. 78 e Incisos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, sendo reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão prevista no Art. 77 da mesma Lei.

9 **Legislação Aplicável:** Este instrumento reger-se-á com base na Lei N.º 8.666/93 e suas alterações, e na Instrução Normativa Nº 03/2018-SLTI/MPOG, ou qualquer outro instrumento legal que vierem a lhes substituir.

10. **Das Obrigações da Contratante e da Contratada:** Será de acordo com os itens 7 e 8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui transcrito estivesse.

12. **Da Fiscalização:** O acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto deste Contrato, será de acordo com o disposto no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui transcrito estivesse.

13. **Da Alteração:** A contratação poderá ser alterada mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. nº 65 da Lei nº 8.666/93;

14. **Vinculação ao Instrumento Convocatório:** Fica a contratada através do presente instrumento, vinculada à sua proposta adjudicatória para todos os efeitos e ao edital do Pregão Eletrônico nº 05/2019, e seus anexos, como se aqui transcritos estivessem.

15. **Foro:** Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da cidade de Belém/PA, para dirimir qualquer pendência oriunda deste instrumento desde que não possa ser resolvido administrativamente.

16. **Obriga-se** a contratada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na forma deste Instrumento legal.

17. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente aplicável à espécie, cabendo à CLC e a COGAF dirimi-los.

Belém (PA), XX de XXXXX de 2019.

EMPRESA
CNPJ nºXXXXXXXXXXXXXX



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2019
Travessa Antônio Baena, 1113, Marco.
e-mail: djair.alves@sudam.gov.br
Fone: (91) 4008-5701
REGISTRO DE PREÇOS**

MINUTA 2

CONTRATO Nº/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM E A EMPRESA.....:

A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM, Autarquia Federal criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007 e regulamentada pelo Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, sediada na Travessa Antônio Baena, 1113, na cidade de Belém, Bairro do Marco, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 09.203.665/0001-77 doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora de Administração **XXXXXXXXXX**, brasileira, matrícula, CPF/MF nº **XXXXXXXXXX**, nomeada por meio do Decreto Presidencial s/nº, de XX/XX/XXXX, publicado no DOU de XX/XX/XXXX, Seção 2, domiciliada à Travessa Antônio Baena, 1113, Bloco “C”- 7º andar, Bairro Marco, Estado do Pará e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu **XX**, brasileiro, portador do CPF/MF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, residente/domiciliado na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, resolvem firmar o presente instrumento contratual, com sujeição ao Decreto 3.555, de 08/08/2000; à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; ao [Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005](#), à IN/MPO Nº 05/2017 e suas alterações posteriores; à Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014; pela IN/MDIC nº 103, de 30/04/2007, à IN/MPO nº 03/2018, e à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações naquilo que couber, ou qualquer outro que vier a lhes substituir, consoante o Processo nº 590004/00025/2019-34 e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO E DA LICITAÇÃO

1.1. O presente Contrato, cuja lavratura decorre da autorização da Diretoria-Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, exarada no processo respectivo, é celebrado com amparo no Decreto nº 8.275, de 27 de Junho de 2014.

1.2. A contratação para a execução do serviço objeto deste Contrato foi precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 05/2019, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000; do [Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005](#), do Decreto nº 7.892/13, IN nº 03/2018, IN/SEGES nº 05/2017 e alterações e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como, pelas normas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço de planejamento, organização e fornecimento de infraestrutura necessária à realização de eventos, compreendendo assim: recursos humanos, decoração, alimentação, captação de imagens, execução, acompanhamento do evento, apoio logístico, bem como, demais serviços auxiliares, conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019 e seus anexos, parte integrante e inseparável desse instrumento, nas seguintes especificações e quantidades:

ITEM	QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1. Este instrumento de Contrato e seus Anexos guardam inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019 e da proposta da contratada que compõem Doc SEI do processo nº 59004/00025/2019-34, sendo dele parte integrante e inseparável, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços e/ou materiais objeto deste contrato serão solicitados e executados na forma prevista nos itens 4 e 7 do termo de referência do Pregão Eletrônico nº 057019 parte integrante deste ajuste como se aqui estivesse transcrito.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução de serviços, objeto desta licitação, correrão por conta da Programação SUDAM – Exercício 2019, a conta do Projeto/Atividade xxxxxxxxxxxxxxxx – Administração da Unidade. Sub-Projeto: xxxxxxxxxx- Administração da Unidade – Nacional; Elemento de Despesa – 3390XXXXX Fonte XXX – ficando o restante da despesa a conta do exercício financeiro posterior, tendo sido para tal emitida a NE.....

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Será de acordo com os itens 7 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Será de acordo com os itens 8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui transcrito estivesse.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. A SUDAM efetuará o pagamento conforme dispõe o item 14 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. Cada contrato firmado com o fornecedor terá vigência de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto deste Contrato, será de acordo com o disposto no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de inadimplência quanto às obrigações estabelecidas pela Lei N.º 8.666/93 e suas alterações, segundo prescreve o seu Art. 77, serão aplicadas à empresa contratada as sanções previstas no art. 87 e Incisos do citado diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, observado o disposto no item 35 do Edital Pregão Eletrônico nº 05/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, asseguradas, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para quê, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

12.3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

12.3.1 - Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.3.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração (Art. 79, Inc. II);

12.3.3- Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Não será permitido o reajuste do presente Contrato sendo o mesmo fixo e irreajustável, durante sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

14.1. Poderá este Contrato ser objeto de alteração, ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, observadas as formalidades legais e mediante assinatura de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de serviço, dentro do limite admitido no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

16.1. Tal como prescrito na Lei, a Contratante e a Contratada não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A Administração da Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira: Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, a Contratante poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda: Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira: As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta: Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta: Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Subcláusula sexta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Contrato será publicado no D.O.U., até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, correndo a respectiva despesa por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir qualquer pendência com relação ao cumprimento deste Contrato.

19.2. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Belém, de de 2019

p/ CONTRATANTE

p/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF nº

CPF nº